

HABEAS CORPUS Nº 548.908 - SC (2019/0358369-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATO MORENO DOS SANTOS - PR050060
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MARCELO AUGUSTO BUDNY (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARCELO AUGUSTO BUDNY, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, proferido no julgamento do Agravo em Execução n. 0007811-44.2019.8.24.0020.

Consta dos autos, que Juízo das Execuções, no Processo n. 00001654-31.2016.8.24.0062, declarou remidos 88 (oitenta e oito) dias da pena a ser cumprida pela aprovação do reeducando no ensino fundamental por meio do ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (fls. 13/15).

Irresignada, a Defensoria interpôs agravo em execução sustentando que o apenado faz jus à remissão de sua pena em quantidade superior àquela fixada pelo Juízo primevo. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado:

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – REMIÇÃO POR ESTUDO – EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS – APROVAÇÃO TOTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL – PRETENDIDA MAJORAÇÃO DOS DIAS DE REMIÇÃO FIXADOS NA ORIGEM – NÃO ACOLHIMENTO – CARGA HORÁRIA DEFINIDA LEGALMENTE – RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ – INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEP – ACRÉSCIMO DA INCIDÊNCIA DA FRAÇÃO DE 1/3 EM REFERÊNCIA À CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, À LUZ DO ART. 126, § 5º, DA LEP – CÁLCULO EM CONSONÂNCIA COM A NORMATIVA VIGENTE E COM A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA – OPERAÇÃO ESCORREITA – DECISÃO MANTIDA.

Observa-se os termos do art. 126, § 1º, I, e § 5º e a Recomendação n. 44/2013 do CNJ para a aplicação da remição nesta seara, de modo a ser considerada a carga horária definida legalmente para o ensino fundamental de jovens e adultos, de 1.600 horas, que, aplicando a base de cálculo 50% sobre esta carga horária, alcança-se

Superior Tribunal de Justiça

800 horas.

Ao dividir esse patamar por 12 horas, conforme prevê a LEP, tem-se 66 dias para a aprovação, sobre o qual ainda incide mais 1/3 para àqueles que efetivaram sua formação no ensino, ficando como pena a remir o resultado de 88 dias.

RECURSO DESPROVIDO" (fl. 57).

No presente *mandamus*, pretende a Defensoria Pública, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem para reconhecer o direito do apenado à remição de 177 (cento e setenta e sete) dias de sua pena.

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como ao Juízo das Execuções.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
Relator